

Português

As questões de 01 a 04 referem-se ao texto seguinte:

EDUCAÇÃO DOMÉSTICA PARA A DESONESTIDADE E O EGOÍSMO

Certa vez presenciei uma discussão entre um proprietário de uma chácara e uma mãe de uma criança que acabara de furtar uma goiaba. O proprietário alegara a invasão de sua propriedade e o prejuízo do surripio da fruta, a mãe, por outro lado, apontava a mesquinhez do proprietário e invocava o valor irrisório do objeto do furto. Envergonhado com a argumentação da mãe, o proprietário da chácara deu-se por vencido e deixou de lado a questão.

Nunca me esquecerei do sorriso vitorioso da criança ao assistir a argumentação da mãe em sua defesa. A aparente comicidade que reveste tal fato, constitui-se, na verdade, numa tragédia: trata-se de uma flagrante defesa de atitudes egoísticas e de desrespeito ao próximo.

No momento em que alguém se apropria de coisa alheia, e que tem pleno conhecimento dessa circunstância, o valor do objeto está relacionado ao ato de apropriar-se dele e ao seu valor de uso: o valor monetário é secundário. Não interessa se se trata de uma goiaba, um aparelho de telefone celular, um carro ou qualquer outra coisa, o surripador sabe que está se apropriando de algo que não é dele e pouco se importa se está prejudicando alguém ou não; quer apenas levar a vantagem de se apropriar. Portanto, seguindo essa linha de pensamento, quem se apropria de coisa alheia considerada de baixo valor monetário, dependendo da situação, é igualmente capaz de se apropriar de coisas com valor mais alto. Há um trocadilho expresso num ditado popular que evidencia isto: "Quem rouba um milho, rouba um milhão".

Aquela mãe, ao assumir ostensivamente a defesa do filho que acabara de furtar uma goiaba contra o proprietário da chácara, transmitiu ao filho uma mensagem, de forma indireta, de que se pode apropriar de coisa alheia desde que a considere de pouco valor para quem detém a sua posse. Como considerar o valor do que algo represente para uma outra pessoa é uma operação inteiramente subjetiva, esse processo tende a se desenvolver, inconscientemente, a partir da introjeção de um argumento que é conveniente para minimizar ou excluir o sentimento de culpa de quem está fazendo a consideração.

Todo ato de desonestidade é, sobretudo, um ato de egoísmo. A gênese da prática desses atos, porém, quase sempre está em atitudes e situações vividas e/ou presenciadas na infância e/ou adolescência. A aparente inocuidade do ato camufla o efeito devastador que se produz na personalidade de tal criança ou adolescente e suas inevitáveis manifestações no comportamento do adulto que virá a ser.

Sem a compreensão de que pequenas atitudes, inclusive determinadas brincadeiras, podem ser decisivas na formação da personalidade da criança ou adolescente, muitos pais, transformam os seus filhos em pessoas egoístas e, por conseqüência, desonestas. Muitos desses pais agem bem intencionados, porém, a desinformação, ou negligência, os leva a agir errado. Quantos pais procuram levar alguma vantagem sobre alguém, na presença do próprio filho, sem se dar conta de que, com seu exemplo, está ensinando o filho a ser desonesto? Os exemplos sempre falam mais forte do que as palavras, todavia, na

educação de filhos, é comum dar-se mais atenção à fala do que aos atos de quem educa.

Retirado da Internet (Postado por João Figueiredo.)

01. O título do texto, sendo analisado fora do corpo textual, mostra-nos que:

- a) Há uma precisão quanto ao objetivo da mensagem expressa pelo próprio título.
- b) Há uma imprecisão quanto ao objetivo da mensagem expressa pelo próprio título.
- c) Não pretende transmitir opinião.
- d) É imparcial relativamente a alguma crítica.
- e) Não é dúbio.

02. Podemos concluir que o texto é:

- a) Narrativo
- b) Essencialmente descritivo.
- c) Crítico, apenas.
- d) Crítico e informativo, apenas.
- e) Crítico e informativo e educativo.

03. De acordo com a passagem "Os exemplos sempre falam mais forte do que as palavras, todavia, na educação de filhos, é comum dar-se mais atenção à fala do que aos atos de quem educa." o autor:

- a) Insinua que é-se hipócrita ao se educar os filhos.
- b) Indica que a atenção referida é relativa a quem educa e não a quem é educado.
- c) Indica que a atenção referida não se dirige a ninguém.
- d) Mostra que o mais importante é esquecido: os exemplos.
- e) Em última análise, conclui que as palavras falam mais forte que as ações.

04. O egoísmo de que tanto fala o autor está melhor exemplificado na seguinte passagem:

- a) "... uma criança que acabara de furtar uma goiaba."
- b) "... pouco se importa se está prejudicando alguém ou não;"
- c) "Todo ato de desonestidade é, sobretudo, um ato de egoísmo."
- d) "... muitos pais, transformam os seus filhos em pessoas egoístas ..."
- e) "... Os exemplos sempre falam mais forte do que as palavras,..."

05. Indique a opção em que a expressão sublinhada **não** tem a mesma função sintática de "Esses são os melhores autônomos!"

- a) Era uma hora da tarde.
- b) Titubeei nervoso e pálido de susto.
- c) Estava junto de mim, tranquilo, sem o menor cansaço.
- d) E se ela fosse um menino?
- e) O garoto o é, seu José!

06. Identifique a alternativa que traz silepse de gênero:

- a) A gente ficou abismado com aquilo.
- b) Um bando de larápios assaltou a loja.
- c) Todas as mulheres precisamos de carinho.
- d) O povo estava triste e não queria outro resultado senão aquele que desejavam.
- e) Aquele pessoal não gosta de falar em democracia; estão enjoados.

07. Aponte o verbo impessoal unipessoal:

- a) Chove muito.
- b) Está quente hoje.
- c) Convém falarmos só amanhã.
- d) Faz forte calor.
- e) Há de haver perdão.

08. Marque a proposta de pontuação incorreta:

- a) Todos falavam. Nós porém, nos calamos.
- b) Ficamos, assim, soltos na felicidade.
- c) Ele era humilde até demais, ou antes, gostava de se exaltar.
- d) Por isso que eles, então, não vieram?
- e) Por favor, Larissa, certifique-se de que tudo está certo.

09. Indique o item em que todas as palavras devem ser preenchidas com x:

- a) pran__a / en__er / __adrez.
- b) fei__e / pi__ar / bre__a.
- c) __utar / frou__o / mo__ila.
- d) fle__a / en__arcar / li__ar.
- e) me__erico / en__ame / bru__a.

10. Qual a alternativa em que as formas dos verbos *bater*, *consertar* e *haver* nas frases abaixo, são usadas na concordância correta?

- As aulas começam quando ... oito horas.
- Nessa loja ... relógios de parede.
- Ontem ... ótimos programas na televisão.

- a) batem – consertam-se – houve
- b) bate – consertam-se – havia
- c) bateram – conserta-se – houveram
- d) batiam – conserta-se-ão – haverá
- e) batem – consertarei – haviam

Informática

11. No Word XP para selecionar com o mouse uma palavra fazemos:

- a) Arraste sobre o texto a ser selecionado.
- b) Clique duplamente sobre a palavra.
- c) Clique à esquerda da linha.
- d) Clique duplamente à esquerda do parágrafo.
- e) Clique três vezes à esquerda de um parágrafo.

12. A formatação de parágrafo poderá ser feita de forma mais detalhada, definida por medidas exatas e ainda contar com uma visualização prévia de como ficará o texto depois de formatado. Clicando no menu Formatar, Parágrafo aparece seções onde uma das seções define as opções de parágrafo. Que seção é essa?

- a) Seção recuo
- b) Seção espaçamento
- c) Seção geral
- d) Seção entrelinhas
- e) Seção opção

13. No Word XP para adicionar o número de páginas tanto na parte superior ou na inferior da página clicamos no menu:

- a) Exibir
- b) Inserir
- c) Formatar
- d) Ferramentas
- e) Tabela

14. É um trecho de texto impresso no topo ou na parte inferior de todas as páginas de um documento. Um fica na parte superior e o outro na margem inferior.

- a) Cabeçalho e rodapé
- b) WordArt
- c) Clip-Art
- d) Bordas e sombreamento
- e) Tabela

15. No Excel XP este comando não é considerado do menu Editar:

- a) Limpar
- b) Excluir
- c) Substituir
- d) Localizar
- e) Zoom

16. A guia com marcadores permite a escolha de um novo marcador, diferente do padrão. São apresentadas quantas opções de marcadores no Word XP?

- a) Um
- b) Dois
- c) Quatro
- d) Sete
- e) Dez

17. A configuração de páginas no Excel é um comando do menu:

- a) Ferramentas
- b) Formatar
- c) Arquivo
- d) Editar
- e) Configurar

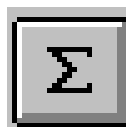
18. No Excel não é um comando do menu formatar:

- a) Células
- b) Linha
- c) Coluna
- d) Autoformatação
- e) Gráfico



19. Este ícone no Excel serve para:

- a) Corretor ortográfico
- b) Visualizar impressão
- c) Abrir uma planilha em branco
- d) Salvar uma planilha
- e) Nenhuma das alternativas



20. Este ícone no Excel XP significa:

- a) Somatório
- b) Mesclar colunas
- c) Classificar em ordem crescente
- d) Classificar em ordem decrescente
- e) Gráfico

Conhecimentos Específicos

21. No que diz respeito aos Bens Públicos, podemos afirmar que:

- I. São bens dos Estados-membros as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros.
 - II. Fica reservada para a servidão pública nas margens dos rios navegáveis e de que se fazem os navegáveis, fora do alcance das marés, salvas as concessões legítimas feitas até a data da publicação da presente lei, a zona de sete braças contadas do ponto médio das enchentes ordinárias para o interior e o Governo autorizado para concedê-la em lotes razoáveis na forma das disposições sobre os terrenos da marinha.
 - III. Terrenos de marinha são todos os que, banhados pelas águas do mar ou dos rios navegáveis, em sua foz, vão até a distância de 13 metros para a parte das terras, contados desde o ponto em que chega o preamar médio.
 - IV. Terras urbanas públicas são aquelas destinadas, originariamente, à agricultura e à pecuária, podendo servir a outros usos ou manter-se intocadas para preservação da flora, da fauna e de outros recursos naturais, com jurisdição da União – por intermédio do INCRA.
 - V. A impenhorabilidade dos bens públicos decorre de preceito constitucional que dispõe sobre a forma pela qual serão executadas as sentenças judiciais contra a Fazenda Pública, permitindo a penhora de seus bens.
- a) Todos os itens estão corretos.
 - b) Todos os itens são incorretos.
 - c) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - d) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
 - e) Apenas os itens III, IV e V estão corretos.

22. Sobre os Bens Públicos, analise as afirmativas.

- I. Faixa de fronteira é uma faixa de 50 (cinquenta) km de largura, ao longo das fronteiras terrestres, considerada fundamental para defesa do território nacional, e cuja ocupação e utilização sofrem restrições legais.
- II. As águas nacionais – externas ou internas, segundo o Direito Internacional Público – conforme o uso que a elas se dê e o domínio que as caracterize, são classificadas em públicas, comuns e particulares.
- III. Bens Públicos são todas as coisas, somente móveis, direitos e ações de que sejam titulares os entes públicos, mesmo não se destinando à utilização pelo público. Seu estudo corresponde ao direito administrativo das coisas.

Assinale a alternativa correta.

- a) Os itens I, II e III estão corretos.
- b) Todos os itens estão incorretos.
- c) Os itens II e III estão incorretos.
- d) Apenas o item II está correto.
- e) Os itens I e II estão incorretos.

23. Qual alternativa abaixo está em desacordo com as Licitações?

- a) O princípio do “julgamento objetivo” nas licitações é decorrência do princípio da moralidade.
- b) A modalidade de licitação cabível para a compra ou alienação de bens imóveis, bem como para a concessão de direito real de uso, é a concorrência.
- c) A ilegalidade no procedimento da licitação vicia o próprio contrato.
- d) Adjudicação é o ato discricionário pelo qual a administração entrega ao vencedor o objeto da licitação.
- e) Nos casos de dispensa de licitação, por constituírem exceção, a sua interpretação deve ser feita em sentido amplo.

24. Todas as afirmativas a seguir correspondem aos Atos Administrativos, exceto:

- a) Revogação é o desfazimento do ato administrativo por motivo de conveniência ou oportunidade da Administração.
- b) Anulação é a invalidação por motivo de ilegalidade do ato administrativo.
- c) Os regulamentos são atos administrativos de atuação externa.
- d) Ofícios são as decisões que as autoridades Executivas, Legislativas e Judiciárias proferem em papéis, requerimentos e processos sujeitos à sua apreciação.
- e) A autorização é um ato administrativo unilateral.

25. Constitui ato de Improbidade Administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º da lei nº. 8.429, e notadamente:

- I. Perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de

- serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado;
- II. Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre medição ou avaliação em obras públicas ou qualquer outro serviço, ou sobre quantidade, peso, medida, qualidade ou característica de mercadorias ou bens fornecidos a qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;
- III. Adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público;
- IV. Incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei.
- a) I – II – III
b) I – II – IV
c) II – III – IV
d) I – III – IV
e) I – II – III – IV

26. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Constitui-se abuso quando uma autoridade, no uso de suas funções, pratica qualquer atentado contra a liberdade de locomoção, a inviolabilidade do domicílio, o sigilo da correspondência, a liberdade de consciência e de crença, o livre exercício do culto religioso, a liberdade de associação, os direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto, o direito de reunião, a incolumidade física do indivíduo e, aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional.
- b) Constitui abuso do poder econômico toda forma de atividade na eliminação da concorrência, domínio dos mercados ou aumento arbitrário dos lucros.
- c) A coerção é o ato de induzir, pressionar ou compelir alguém a fazer algo pela força, intimidação ou ameaça. Uma forma comumente usada para motivação de pessoas ou equipes é a coerção, já que evitar a dor ou outras conseqüências negativas tem um efeito imediato sobre suas vítimas.
- d) O assédio moral no ambiente de trabalho não se caracteriza pela exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções. Este tipo de assédio é mais comum em relações hierárquicas autoritárias e desiguais, em que predominam condutas negativas, relações desumanas e anti-éticas de longa duração, de um ou mais chefes dirigidas a um ou mais subordinados, desestabilizando a vítima em relação ao ambiente de trabalho e à organização.
- e) A Lei 8.429/92 que dispõe sobre a Improbidade Administrativa, pune, concretizando o controle interno da Administração Pública, com as sanções de seu artigo 12, os agentes públicos, assim qualificados na forma dos artigos 1º e 2º, por "praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência" (artigo 14, I), e que, nestes

termos, venham a atingir as prerrogativas do advogado.

27. Considerando os dispostos constantes na Lei nº. 8.666/93, referentes às hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, assinale a opção que apresenta afirmação INCORRETA.

- a) Não há obrigatoriedade de celebração de contrato escrito nas hipóteses da inexigibilidade de licitação.
- b) Nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor dos bens e o agente público responsável.
- c) É inexigível a licitação sempre que houver inviabilidade de competição, mesmo que em situação distinta das hipóteses elencadas nos incisos do artigo 25 da Lei nº. 8.666/93.
- d) O rol de hipóteses de dispensa de licitação previsto no artigo 24 da Lei nº. 8.666/93 é taxativo.
- e) As hipóteses de inexigibilidade de licitação devem ser justificadas nos respectivos processos administrativos, os quais deverão ser instruídos com a razão da escolha do fornecedor dos bens ou do executante dos serviços, bem como com a justificativa do preço contratado.

28. Sobre a Sanção Penal, leia os itens abaixo:

- I. As sanções penais representam o caráter punitivo das leis;
- II. São previsões expressas pelo legislador para serem aplicadas em caso de ameaças ou ataques efetivos aos bens jurídicos protegidos, com a intenção fundamental de, primeiramente, reprimir e penalizar o transgressor, e, consecutivamente, reabilitá-lo para seu retorno à sociedade.
- III. A multa, ontologicamente, como sanção penal, jamais foi espécie tributária.

Está (estão) correto(s):

- a) I apenas.
b) II apenas.
c) III apenas.
d) I e II apenas.
e) I, II e III.

29. Assinale a única alternativa incoerente à Lei nº. 10.192/01.

- a) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão utilizar a UFIR nas mesmas condições e periodicidade adotadas pela União, em substituição às respectivas unidades monetárias de contas fiscais extintas.
- b) Não é admitida estipulação de correção monetária ou de reajuste por índices de preços gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos de produção ou dos insumos utilizados nos contratos de prazo de duração igual ou superior a um ano.
- c) Fica instituída Taxa Básica Financeira - TBF, para ser utilizada exclusivamente como base de remuneração de operações realizadas no mercado financeiro, de prazo de duração igual ou superior a sessenta dias.

- d) Na hipótese de não existir previsão de índice de preços substitutos, e caso não haja acordo entre as partes, deverá ser utilizada média de índices de preços de abrangência nacional, na forma de regulamentação a ser baixada pelo Poder Executivo.
- e) Permanecem em vigor as disposições legais relativas a correção monetária de débitos trabalhistas, de débitos resultantes de decisão judicial, de débitos relativos a ressarcimento em virtude de inadimplemento de obrigações contratuais e do passivo de empresas e instituições sob os regimes de concordata, falência, intervenção e liquidação extrajudicial.

30. Assinale a alternativa que está em desacordo com a Lei 11.107/05, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.

- a) A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
- b) O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência será superior ao das dotações que o suportam, com adição dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos.
- c) O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções.
- d) O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções.
- e) O consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções.

31. Em relação às Limitações ao Poder de Tributar, pode-se afirmar que:

- I. Para que ocorra o surgimento de uma relação jurídica tributária, deflagrando uma obrigação tributária para o sujeito passivo, é necessário que ocorra um evento, um fato, que coincida com uma hipótese prevista na lei que instituiu o tributo.
- II. Um prestador de serviços em nenhuma circunstância será obrigado a pagar o ISS, se a sua atividade for a prestação de um serviço previsto na lei municipal que instituiu o tributo: e a lei municipal deverá observar a lista dos serviços que poderão sofrer a incidência do imposto, conforme estabelecido em lei complementar.
- III. A Constituição proíbe que o legislador ordinário inclua determinadas situações na hipótese de incidência de um tributo, influenciando, portanto, na competência tributária.
- IV. Distingue-se a imunidade da isenção, por esta última não se originar de uma determinação contida numa lei ordinária, e, sim na Constituição.
- V. Distingue-se a isenção da não-incidência, pois no caso desta última não há fato gerador, não há incidência e não surge, portanto, obrigação tributária. Já na isenção, há o fato gerador, há a

incidência: o que não há é a constituição do crédito tributário da Fazenda Pública referente àquela obrigação do sujeito passivo.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I – II – III – IV
b) II – III – IV
c) II – IV – V
d) I – II – IV – V
e) I – III – V

32. Não se trata de instituto próprio do Direito Tributário:

- a) Crime
b) Tributo
c) Isenção tributária
d) Lançamento tributário
e) Responsabilidade tributária

33. Assinale a alternativa INCORRETA quanto aos Tributos.

- a) Os impostos são tributos não vinculados à existência de uma atividade específica que justifique a sua cobrança por parte do Estado, ou seja, é o tributo menos retributivo, pois não pressupõe uma contraprestação específica do Estado.
- b) Conforme o artigo 80 do CTN, para efeito de instituição e cobrança de taxas, as atribuições de cada uma dessas pessoas jurídicas de direito público interno são estabelecidas, observada a seguinte ordem: pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelas Constituições Estaduais, pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios e por outras leis compatíveis com as anteriormente citadas.
- c) O lançamento a débito, por instituição financeira, em contas correntes de empréstimo, em conta de depósito de poupança, de depósito judicial e de depósitos em consignação de pagamento não constitui fato gerador de CPMF.
- d) Fato gerador é uma situação, um evento previsto hipoteticamente em lei, de forma abstrata, mas que, uma vez ocorrido concretamente na vida real, faz surgir para uma determinada pessoa, física ou jurídica, a obrigação de pagar tributo.
- e) A base de cálculo é o montante da matéria tributável sobre o qual se aplica uma alíquota para se determinar o valor do tributo a ser recolhido.

34. Assinale a característica imprópria do IPVA.

- a) Senado Federal estabelece as alíquotas mínimas, por meio de resolução.
b) Não pode ser progressivo.
c) A propriedade de barco, carro, avião e moto implicam em fato gerador.
d) Recolhimento anual.
e) 50% da sua arrecadação pertencem ao Município onde o veículo foi licenciado.

35. A perda da destinação pública de um bem é denominada:

- a) arresto
- b) afetação
- c) penhora
- d) desafetação
- e) leilão

36. Com base no Direito Constitucional, julgue os itens a seguir:

- I. No sistema jurídico brasileiro, cabe, com exclusividade, ao Poder Judiciário a prerrogativa de interpretar a Constituição, sendo do Supremo Tribunal Federal a palavra decisiva a esse respeito.
- II. O princípio de interpretação constitucional do "efeito integrador" estabelece uma nítida hierarquia entre as normas da parte dogmática da Constituição e as normas da parte meramente organizatória.
- III. O princípio da unidade da Constituição postula que, na interpretação das normas constitucionais, seja-lhes atribuído o sentido que lhes empreste maior eficácia ou efetividade.
- IV. Os decretos-leis editados antes da vigência da Constituição de 1988 perderam eficácia com a promulgação desta, uma vez que a ordem constitucional em vigor não previu tal instrumento normativo.

Está (estão) correto(s):

- a) I apenas.
- b) II apenas.
- c) III apenas.
- d) IV apenas.
- e) Não há item correto.

37. Quanto à Administração Pública, assinale (V) para afirmativa verdadeira e (F) para falsa:

- () Apenas o Poder Judiciário tem competência legal para realizar o controle da administração pública.
- () Por meio do Tribunal de Contas, o controle da administração é tarefa exclusiva do poder Legislativo.
- () Através da auditoria interna, compete exclusivamente à Administração Pública o controle de seus atos.

A seqüência correta, de cima para baixo, é:

- a) V – V – F
- b) V – F – V
- c) V – V – V
- d) F – V – V
- e) F – F – F

38. Com relação às disposições presentes no Código Tributário Nacional, assinale (V) para afirmativa verdadeira e (F) para falsa:

- () A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente; a obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- () As taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização efetiva ou potencial de

serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

() A capacidade tributária passiva depende de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, não sendo suficiente que configure apenas uma unidade econômica ou profissional.

A seqüência correta, de cima para baixo, é:

- a) V – V – F
- b) V – F – V
- c) V – V – V
- d) F – F – V
- e) F – F – F

39. Assinale a denominação do princípio através do qual se colima a eliminação do emperramento da máquina administrativa:

- a) controle
- b) descentralização
- c) planejamento
- d) delegação de competência
- e) coordenação

40. Em qual ato a administração pode praticar com liberdade de escolha de seu conteúdo, de seu destinatário, de sua conveniência, de sua oportunidade e do modo de sua realização?

- a) Ato discricionário
- b) Ato abdicativo
- c) Ato extintivo
- d) Ato vinculado
- e) Ato colegiado

FIM DO CADERNO